

A teologia no Brasil hoje

Geraldo De Mori SJ

Resumo: O presente texto retoma o Seminário “A teologia no Brasil hoje”, oferecido no XVII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da FAJE, entre os dias 6 e 7 de outubro de 2022, o qual, por sua vez, tinha como tema “Filosofia e Teologia no Brasil, hoje: questões, desafios e tarefas”. O objetivo do Seminário era oferecer um quadro geral da situação da teologia no Brasil hoje. Para isso, propunha, num primeiro momento e de modo panorâmico, uma breve leitura do cristianismo e da teologia no país, tendo como eixo temporal os 200 anos da Independência do país e os 100 anos da Semana de Arte Moderna. Num segundo momento, debruçava-se especificamente sobre as questões, os desafios e as tarefas que a teologia cristã deve enfrentar e realizar no presente momento.

Palavras-Chave: Teologia. Brasil. Fé cristã. Igreja, Sociedade. Academia.

Introdução

Propriamente falando, a teologia cristã incorporou os traços da situação social, política, econômica, cultural e religiosa do Brasil somente depois do Concílio Vaticano II. Foi a partir de então, como afirma Henrique Cláudio de Lima Vaz, em um artigo de 1968, que a Igreja do país deixou de ser “reflexo” para tornar-se “fonte” (VAZ, 1968, p. 17-22). De fato, durante todo o período colonial, o catolicismo do Brasil era, em grande parte, a reprodução do que se vivia na metrópole, seja do ponto de vista de suas práticas, seja do ponto de vista de sua reflexão. A ruptura política de 1822, com suas repercussões na autocompreensão do país, não modificou substancialmente a situação, em grande parte por conta dos movimentos internos ao catolicismo em conflito com a razão moderna e sua tradução na Revolução Francesa. Desse conflito surgiu a separação entre Igreja e Estado, que está na origem da figura do catolicismo a partir do final do século XIX, com o Concílio Vaticano I, que, sob muitos pontos de vista, durou até o Concílio Vaticano II.

O presente texto recolhe alguns elementos do Seminário “A teologia no Brasil hoje”, oferecido no XVII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da FAJE, no qual, além de se fazer memória dos 200 anos da Independência do país, também se recordou os 100 anos da Semana de Arte Moderna, eventos fundamentais para o surgimento de uma “identidade nacional”, que nesses duzentos anos sempre tem sido objeto de discussão, com várias expressões, algumas delas marcadas pelos movimentos filosóficos e culturais do mundo europeu e norte-americano, outras fortemente voltadas para a

afirmação da brasilidade, resgatando as contribuições das culturas diversas que a gestaram¹. A reflexão está organizada em dois momentos. O primeiro, pensado como “uma volta ao passado”, com algumas considerações sobre os traços constitutivos do catolicismo no período que se seguiu à Independência até o Concílio Vaticano II, e as bases teológicas desse catolicismo. O segundo, organizado a partir de uma visão panorâmica do atual momento da reflexão teológica, produzida em diálogo com o que David Tracy chama de os três “públicos” da teologia: a Igreja, a academia, a sociedade².

1 De volta ao passado

A questão que norteia a presente reflexão é: a teologia pode ajudar a pensar *O que faz o Brasil, Brasil?*, conforme o célebre título da obra de Roberto da Matta? Dito de outro modo: a teologia tem algum papel na compreensão de uma sociedade e de uma cultura como a brasileira? Qual sua contribuição na construção da brasilidade? Segundo Habermas, apesar de “destituída de suas funções formadoras de mundo”, a religião continua sendo “insubstituível para um relacionamento normalizador com aquilo que é extraordinário no dia a dia”. Mesmo o pensamento pós-metafísico, diz ele, “continua coexistindo ainda com uma prática religiosa”. Nesse sentido, enquanto a religião “trouzer consigo conteúdos semânticos inspiradores”, a razão secular não poderá desalojá-la ou substituí-la (HABERMAS, 2002, p. 61). Mais ainda, a reflexão filosófica não pode negar que haja, em princípio, um “potencial de racionalidade embutido nas cosmovisões religiosas, nem contestar o direito dos cidadãos religiosos a dar, em uma linguagem religiosa, contribuições para discussões públicas” (HABERMAS, 2007, p. 128). Essas considerações de Habermas mostram que a religião pode ajudar a pensar não só questões éticas ou de sentido nas sociedades seculares, mas também questões de fundo, como a que é proposta neste texto, ou seja, a da identidade sociocultural de um país como o Brasil.

Embora a “reserva de sentido” das religiões ainda inspire a autocompreensão das sociedades contemporâneas, é preciso reconhecer que o estatuto da religião, sobretudo a partir da crítica iluminista, foi fortemente problematizado, sendo objeto de um verdadeiro “conflito de interpretações” que opôs, por um lado, a fé, pensada à luz da razão simbólica, e, por outro lado, a ciência, vista como portadora da razão demonstrativa, crítica. Isso impactou profundamente o estatuto epistemológico dos saberes que tradicionalmente se debruçavam sobre a religião, como a exegese e a teologia, e dos saberes que, a partir do

¹ Ver a esse propósito, no campo da teologia, o número 2 do volume 54 de *Perspectiva Teológica* (2022).

² O autor escreve longamente sobre o que compreende como “públicos” da teologia em: TRACY, D. *Imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

surgimento das ciências humanas, passaram a estudar as religiões, como a história, a sociologia, a psicologia e a filosofia da religião, entre outros³. Em várias áreas linguísticas a teologia não foi mais reconhecida como saber acadêmico e passou então a ser estudada somente em instituições eclesiais, como seminários e faculdades pertencentes às várias igrejas cristãs presentes nos países marcados pelo cristianismo oriundo da Europa.

A leitura do passado da teologia feita no Brasil a partir de sua Independência será feita em dois momentos: 1. Do período que inaugura a existência da nova nação no concerto das nações modernas até os anos que antecedem a Semana de Arte Moderna (1822-1922); 2. Da Semana de Arte Moderna até os anos que antecederam o Concílio. O texto apresentará, primeiro, um quadro geral da situação da Igreja e da religião no Brasil, e, em seguida, indicará a teologia subjacente às práticas e à visão da fé cristã em questão.

1.1 Religião e cristianismo no Brasil entre 1822-1922

O evento fundador da nação brasileira é sua Independência (07/09/1822), embora o período que se seguiu tenha sido marcado por muita instabilidade, até que, com a subida ao trono de Dom Pedro II, o país comesse efetivamente se institucionalizar como nação. Do ponto de vista religioso, a ruptura com Portugal não representou grande mudança, pois, com o reconhecimento da nova nação pela Santa Sé, em 23/01/1826, o regime do padroado régio, que vigia no período colonial, foi mantido, e a Igreja continuou sob a tutela do Estado. Dois momentos marcaram as relações entre catolicismo e o Império no país: a de Dom Pedro I, seguida da regência (1826-1840); a de Dom Pedro II (1840-1889).

O primeiro momento (1826-1840) foi determinado pelo Artigo 5 da Constituição de 1824, segundo o qual “a religião católica apostólica romana continua a ser a religião do império. Todas as outras religiões são permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem nenhuma forma exterior de templo”. As esferas civis e eclesiais se identificavam, com forte tendência à sacralização, por parte da Igreja, das estruturas sociais e políticas. Ao Imperador competia nomear os bispos, prover outras funções eclesiais, conceder ou negar o beneplácito régio aos decretos papais antes de serem divulgados no país. Aos poucos, no entanto, esse tipo de relação foi dando origem a uma Igreja de caráter nacional, com tendências regalistas e galicanas.

O período da Regência (1831-1840), fortemente conturbado no plano interno, também foi marcado com tensões entre a nova nação e a Santa Sé, que chegaram quase ao rompimento. O Pe. Feijó (1784-1843), figura controversa, foi ministro da justiça da

³ Sobre a epistemologia da teologia e das ciências da religião, ver FARIA, P. A. C. *Teologia e ciências da religião no panorama acadêmico brasileiro em diálogo com Paul Ricoeur*, 2016. Tese doutoral FAJE.

regência trina (1831-1835) e regente uno (1835-1837). Próximo da doutrina galicana e febroniana, ele defendia a abolição do celibato dos padres como meio de regeneração da situação de concubinato na qual viviam (SOUZA, 2013, p. 132). A Igreja da época estava fortemente marcada pelos debates posteriores à Revolução Francesa, reafirmando seus direitos e a autoridade do Papa, condenando os erros modernos, defendendo a fé. Gregório XVI (1831-1846) e Pio IX (1846-1878), este último de tendência ultramontana, estiveram à frente da liderança da Igreja católica durante boa parte do Brasil imperial. Os bispos nomeados nesse período, chamados de “reformadores”, defendiam o modelo tridentino e buscavam frear a tendência liberal presente em boa parte do clero. Dentre eles se destacam Dom Viçoso (bispos de Mariana), Dom Antônio Joaquim de Melo (bispo de São Paulo), Dom Antônio Macedo Costa (bispo de Belém), Dom Vital (bispo de Olinda e Recife). No segundo Império, a ação desses bispos desencadeou a “questão religiosa”, que levou à exacerbação da intransigência da Igreja católica com o Imperador (SOUZA, 2013, p. 133).

A teologia subjacente às práticas do catolicismo de então era tridentina, num esforço de contrapor-se às tendências galicanas e regalistas fortes em setores do clero liberal. A concepção unitária de sociedade, que predominou na época colonial, não era mais aceita e iniciou-se a distinção entre duas sociedades perfeitas e distintas entre si: o Estado ou sociedade temporal/civil, de um lado, que se ocupava do corpo, ou seja, dos interesses políticos e socioeconômicos; e a Igreja ou sociedade eclesiástica/espiritual, do outro, que se ocupava da alma, ou seja, da vida espiritual e religiosa dos fiéis. Os bispos não mais se viam como dependentes do poder civil, mas se ocupavam fundamentalmente da pastoral. Seu papel foi reforçado, como seus direitos legítimos de dirigir os “negócios eclesiásticos” da Igreja. Iniciou-se assim uma “reforma do clero”, cuja missão passou a ser identificada com o “altar”, o “confessionário” e o “púlpito”, muito diferente do modo como o clero liberal havia atuado no período conturbado que se seguiu à Independência, quando se envolvia profundamente nas questões políticas e sociais do país (SOUZA, 2013, p. 138-139). Entre 1872-1875, essa postura da Igreja deu origem à questão religiosa, com a prisão de bispos, a proibição, por parte do governo imperial, de recepção de novos membros pelas ordens religiosas. Nesse período, o clero passou a ter pouca participação nas lutas abolicionistas e no movimento que deu origem ao regime republicano. Instaurou-se também uma oposição forte entre maçonaria e Igreja católica.

Segundo Ney de Souza, as práticas religiosas desse período eram feitas de “muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca Igreja, muita prece e pouca missa” (SOUZA, 2013, p. 129). A teologia do exílio, observa ainda o autor, predominante no período

colonial, foi substituída pela teologia do mérito. O mundo passou então a ser visto como lugar de provação e a salvação como resultado de méritos. Os pecados eram vistos como obstáculos para o prêmio, daí a importância da mediação sacramental da confissão. Devoções cristológicas menos dependentes do clero, como as do Bom Jesus, deram lugar às que demandavam sua presença, como as do Sagrado Coração de Jesus e do Santíssimo Sacramento. Algo parecido aconteceu com a devoção aos santos, até então valorizadas, que passam a ter maior vinculação com a instituição clerical. No âmbito pastoral, as missões populares são centradas no lema “Salva a tua alma!”, que expressava bem a espiritualidade valorizada na pastoral da Igreja. As diferenças entre o campo e a cidade eram, porém, significativas. No campo, onde vivia a maior parte da população, predominavam ainda as práticas do período colonial, enquanto nas cidades, onde viviam as classes liberais, começam a vigorar as novas devoções. A teologia ensinada na época passou a privilegiar, sobretudo, a formação do clero, tendo como base as definições do magistério eclesial, a reprodução do que era elaborado nas instituições europeias, que tradicionalmente criavam pensamento teológico, colocando-se ao serviço da ortodoxia romana, ultramontana, antiprotestante, em defesa da “verdadeira fé”, presente na Igreja.

Esse tipo de teologia, que marcou todo o catolicismo a partir do século XIX, foi dominante até meados do século XX, tendo recebido uma importante sistematização e confirmação no Concílio Vaticano I, sobretudo com a Constituição *Dei filius*, sobre a revelação, que introduziu de modo sistemático a distinção entre natural e sobrenatural, cujo efeito foi a separação entre mundo e Igreja, corpo e alma; e a Constituição *Pastor aeternus*, que definiu o dogma da infalibilidade papal e deu ênfase a uma eclesiologia de tipo clerical, com pouca valorização dos leigos. Os religiosos são identificados como vivendo um “estado de perfeição. Os esforços de exegetas e teólogos que buscaram estabelecer um diálogo com os métodos das ciências modernas fracassaram, como mostram a condenação do modernismo (GIBELLINI, 1998, p. 154-160). Do Concílio Vaticano I participaram 7 bispos do país, que tinha 9 milhões de habitantes e 9 dioceses.

Com o advento da República, a situação religiosa do Brasil passou por uma mudança significativa. A Constituição de 1891 promoveu a separação entre Igreja e Estado e, em seu § 7º do Art. 72 declarava: “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados”. No mesmo artigo foi instituído o casamento civil. Novas denominações cristãs e outras religiões foram admitidas. Em nível internacional, a unificação italiana e a perda dos estados pontifícios (1870) obrigaram a Igreja a outro tipo de organização, que forjará,

após os Tratados do Latrão (1929), a criação do estado do Vaticano. Em 1899, realizou-se o 1º Concílio Plenário da América Latina, que estabeleceu o novo código jurídico para a Igreja do continente. O processo de “romanização”, iniciado pelos bispos reformadores no governo de Dom Pedro II, deu então novos passos. Nesse período, a maioria da população do país vivia no campo, onde predominava o imaginário do catolicismo popular. Esse imaginário ajuda a entender o surgimento, na Bahia e em Santa Catarina, de movimentos messiânicos, como em Canudos (1896-1897), e no Contestado (1912-1916).

1.2. O catolicismo no Brasil no contexto que se seguiu à Semana de Arte Moderna

A Semana de Arte Moderna, ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo no mês de fevereiro de 1922, enquanto evento, foi vista por muitos como um “fiasco”, sendo ignorada em vários lugares do país na época. No entanto, as provocações suscitadas pelos que a organizaram foram repercutindo pouco a pouco, dando origem ao que Henrique Cláudio de Lima Vaz chamou de conjunção do “tempo histórico no tempo lógico”, levando à produção de um pensamento genuinamente nacional (VAZ, 1984, p. 15)⁴. A efervescência cultural encontrava-se também no seio da Igreja, como mostra a criação, em 1922, do Centro Dom Vital, por Dom Sebastião Leme, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A missão do Centro era estabelecer um diálogo com o mundo intelectual do país, tendo várias sucursais em outras cidades. Jacson de Figueiredo, seu primeiro diretor (até 1928), era um convertido, identificando-se então com o catolicismo ultramontano que predominava no Brasil. Com sua morte trágica, em 1928, outro convertido, Alceu Amoroso Lima, assumiu a direção do Centro, que se tornou uma das principais referências do diálogo entre o catolicismo e o mundo cultural brasileiro antes do Concílio Vaticano II. A revista *A ordem*, criada em 1921, era um dos principais veículos de divulgação dos debates promovidos pelos intelectuais do Centro⁵. Outra referência intelectual do mundo católico da época, o Pe. Leonel Franca, acompanhou vários dos intelectuais que então buscavam dialogar com a Igreja católica. Foi dele a primeira obra na qual o pensamento

⁴ Sobre os desdobramentos de algumas intuições da Semana de Arte Moderna e sua assunção pela teologia, ver: DE MORI, G. Antropofagia e Teologia. In *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 2, p. 295-319 (2022).

⁵ Sobre o Centro Dom Vital e seu significado na Igreja, ver: AZZI, R. *História da Igreja no Brasil*. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008; AZZI, R. *Os pioneiros do Centro dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003; LIMA, Al A. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam/Paulinas, 2001; RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*. Cultura, religião e vida literária. São Paulo: EDUSP, 2012; RODRIGUES, L. G. Igreja e intelectuais no Rio de Janeiro: o Centro Dom Vital e Alceu Amoroso Lia. In STECKEL, E. et alii. Rio 456 anos. A Igreja na história da cidade. RJ: PUC Rio, 2021, p. 229-250.

filosófico feito no Brasil a partir do século XIX é retomado. Ele esteve envolvido em várias discussões sobre a educação e o protestantismo, com obras sobre essas temáticas⁶.

A presença de leigos católicos nas várias instâncias da sociedade, na perspectiva da “conversão” do mundo que tinha se afastado da Igreja, foi fortemente incentivada a partir da década de 1930, com a criação da Ação Católica. No Brasil, A Ação Católica Brasileira (ACB) esteve muito próxima da nova orientação do Centro Dom Vital. Nos anos que precederam à convocação do Concílio Vaticano II e nos que viram sua recepção no país, muitos leigos/as formados em suas várias vertentes (agrária, estudantil, universitária, operária, independente) participaram ativamente do processo de renovação da Igreja⁷. Numa outra perspectiva, também na década de 1930, a figura de Plínio Correia de Oliveira, inicialmente ligado à Congregação Mariana, vai opor-se frontalmente às atividades da ACB, articulando-se ao redor do grupo que, em 1960, dará origem à Associação Tradição, Família, Propriedade (TFP), e, no final da década de 1990, ao grupo dos Arazos do Evangelho, que vão representar a tendência tradicionalista pós-concílio.

Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que contou com a ação importante de Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Na organização da nova entidade, a forma de funcionamento da ACB foi muito importante. A experiência da CNBB e os diálogos com os bispos do continente latino-americano, levaram à criação, em 1955, do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM), na primeira Conferência da entidade, no Rio de Janeiro. A ACB iniciou nesse período uma presença significativa junto a movimentos de alfabetização das classes populares, o Movimento de Educação de Base (MEB), sobretudo de trabalhadores rurais no Nordeste. Duas figuras do clero brasileiro dessa primeira metade do século XX se destacam: Pe. Júlio Maria (1878-1944), com grande atuação no Norte do Brasil e em Minas Gerais, divulgando a devoção a Nossa Senhora, à Eucaristia, num viés polêmico e intransigente contra o protestantismo, a maçonaria e o espiritismo; Pe. Álvaro Negromonte (1901-1964), com várias obras na área da catequese e do ensino religioso.

A teologia feita nessas décadas que antecederam o Concílio Vaticano II era então marcada por duas perspectivas: por um lado, a da polêmica antimoderna, de caráter neoescolástico, ensinada em seminários e dirigida à formação do clero, com um viés

⁶ Henrique de Lima Vaz escreveu dois artigos importantes sobre Leonel Franca, nos quais retrata o itinerário e a contribuição do pensador jesuíta para o pensamento católico brasileiro da primeira metade do século XX. Ver: VAZ, H. C. L. Uma filosofia cristã da cultura. Leonel Franca. In *Síntese*, v. 22, n. 71, p. 441-152; VAZ, H. C. L. Leonel Franca e a cultura católica no Brasil. In *Síntese*, v. 25, n. 82, p. 317-328.

⁷ Sobre a Ação Católica Brasileira, ver: DALE, R. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.

apologético e polêmico, antiprotestante, anti-espiritismo e anti-maçonaria; e, por outro lado, a teologia proveniente dos novos ares de renovação que atravessavam alguns centros de pesquisa e ensino da teologia na Europa, como Le Saulchoir, dos dominicanos franceses, a escola de Lyon-Fouvière, dos jesuítas franceses, ambas privilegiando uma “volta às fontes”, seja de um tomismo mais fiel a Santo Tomás, seja da patrística. Alguns movimentos, como o da Nouvelle Théologie, o da Teologia Querigmática, serão importantes no surgimento dos Movimentos Litúrgico, Bíblico e Ecumênico no seio da Igreja⁸. A Ação Católica, enquanto movimento internacional de leigos católicos, será fortemente influenciada por essas tendências. A essas duas tendências mais definidas haveria ainda que acrescentar a que perpassava as práticas do catolicismo popular, baseadas nas devoções aos santos, à Virgem Maria, com práticas de romarias e promessas.

2 Uma visão panorâmica da teologia no Brasil pós-Vaticano II

O Concílio Vaticano II representa para o mundo católico um divisor de águas. Sua convocação, por João XXIII, é, certamente, um dos atos mais importantes ocorridos no seio da Igreja no século XX. É impossível, nesse texto, que retoma o seminário oferecido no XVII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da FAJE, recolher a riqueza do que ele provocou, sobretudo no seio da Igreja e da teologia católica do Brasil⁹. A reflexão aqui proposta retoma, de forma panorâmica, alguns dados desse rico período. Em seguida, propõe uma leitura, também panorâmica, das atuais tendências da teologia feita no país.

2.1 O nascimento de uma teologia voltada para a realidade brasileira

Durante praticamente todo o século XX, a teologia foi elaborada e ensinada no Brasil em faculdades de teologia ligadas a dioceses, congregações e igrejas. Dentre as faculdades mais antigas ligadas à Igreja Católica, se destacam: a Faculdade Cristo Rei, em São Leopoldo, fundada pelos jesuítas e reconhecida como faculdade eclesiástica pela Santa Sé em 1949, que em 1982 foi transferida para Belo Horizonte, fazendo parte, junto com a Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo, do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (CES), reconhecido civilmente em 2005 com o nome de Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); o Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis, fundado em 1899; a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, também criada em 1949, com reconhecimento eclesiástico; a Faculdade de Teologia do Mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro, iniciada em 1921; o Departamento de Teologia da PUC Rio,

⁸ Sobre essas correntes, ver: GIBELLINI, R. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 153-253.

⁹ Para uma visão panorâmica, ver: LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004; *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

criado em 1968; a Escola Superior de Teologia, dos luteranos de São Leopoldo, criada em 1940. Além dessas instituições, em muitas dioceses, o curso de teologia era oferecido em seminários maiores, alguns com grande número de estudantes. O Estado brasileiro não reconhecia, porém, a teologia como disciplina universitária. Duas exceções a isso, no século XX, foram os cursos de teologia da UNB, quando a universidade foi criada por Darcy Ribeiro, o qual esteve sob a responsabilidade dos dominicanos, mas foi fechado durante a ditadura militar, e o da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por conta de acordos feitos entre a Igreja local e o governo do estado quando a universidade foi criada.

Até o Concílio Vaticano II, a teologia oferecida nessas instituições era, no âmbito católico, a dos manuais da neoescolástica. Os seminaristas e padres que estudavam fora do Brasil recebiam certamente o influxo das correntes renovadoras que estiveram na origem da teologia que se tornou hegemônica nos textos do Concílio Vaticano II. Boa parte dos bispos brasileiros que participaram do evento conciliar não estava, porém, ao par das discussões que atravessavam o mundo teológico católico. Dom Hélder Câmara, Secretário Geral da CNBB, organizou então, no decorrer das quatro sessões do Concílio, uma série de conferências (90 ao todo) na residência que hospedava o conjunto do episcopado nacional (*Domus Mariae*). Ele convidava para essas conferências os principais teólogos e bispos que marcaram os debates conciliares. Segundo Beozzo, graças a isso, o episcopado brasileiro não só atualizou sua teologia, mas também foi capaz de elaborar um Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), que determinou a pastoral da Igreja no país, mas o fez como recepção criativa da teologia conciliar (BEOZZO, 2003, p. 8-11).

Os principais teólogos que atuaram no Brasil após o Concílio haviam feito seus estudos na Europa antes, durante e no período imediato que se seguiu ao evento conciliar. Dentre eles se destacam: João Batista Libanio, Francisco Taborda, Leonardo Boff, Mário de França Miranda, Frei Bernardino Leers, Frei Carlos Mesters, José Oscar Beozzo, José Comblin, Cláudio Perani, Álvaro Barreiro, Carlos Palácio, Ulpiano Vázquez, Marcelo de Azevedo, Paulo Evaristo Arns, Boaventura Kloppenburg, Carlos Josaphat, dentre outros. Muitos deles atuaram ativamente no processo de recepção do Concílio no país, através de cursos, palestras, livros, artigos, assessorias a dioceses e congregações de religiosos/as.

No imediato pós-Concílio, predominou, por um lado, certa confusão no seio da Igreja católica, com o fechamento de muitos seminários, onde eram formados seminaristas e religiosos, o que, por outro lado, deu ocasião a uma série de novas experiências, tanto na formação de religiosos/as e padres, quanto na reflexão teológica. O Instituto Teológico de Recife (ITER), foi um dos mais conhecidos, como também a

experiência das comunidades formativas em Serra Redonda (PB). As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas na década de 1960, foram o lugar de tradução, nas bases da Igreja, da eclesiologia baseada na categoria “povo de Deus”, presente na Constituição conciliar sobre a Igreja, com inovações importantes na pastoral. Os encontros intereclesiais das CEBs se tornaram um espaço privilegiado de síntese da reflexão que era feita nas dioceses e regionais da CNBB. Muitas dioceses criaram centros de pastoral, que se tornaram verdadeiros lugares de produção de uma teologia voltada para a pastoral, sobretudo na perspectiva da reflexão que se gestava na América Latina depois das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). A Faculdade Cristo Rei, o Instituto Teológico de Petrópolis, o Departamento de Teologia da PUC Rio, a Faculdade de Teologia da Assunção, o Instituto Teológico de Recife, dentre outras instituições de ensino de teologia no Brasil, participaram ativamente do processo de recepção do Concílio. A editora Vozes, dos Franciscanos de Petrópolis, com outras editoras católicas, foram importantes na divulgação da produção teológica elaborada nesses centros. Uma reflexão teológica não mais “espelho”, mas “fonte”, começou então a surgir, com a participação de vários teólogos do país, sistematizada ao redor da categoria “libertação”.

No imediato pós-concílio, a CNBB criou vários institutos para a formação na perspectiva aberta pelo Concílio: o Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC), em Salvador, BA; o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (ISPAL), no Rio; o Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV), também no Rio; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IBRADES), também no Rio. Posteriormente, o ISPAL e o ISPAV foram reagrupados no Instituto Nacional de Pastoral (INP), que foi determinante na elaboração da reflexão teológico-pastoral da CNBB a partir dos anos 1970, elaborando uma reflexão ao serviço das iniciativas pastorais do episcopado do país.

Em 1985 foi fundada a Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), principal entidade que reunia, a cada ano, teólogos e teólogas do país e do exterior. A entidade tornou-se um lugar de debate, gestação e divulgação da teologia elaborada no Brasil, num diálogo com o pensamento social, político, econômico e cultural latino-americano, e com uma abertura importante para o diálogo ecumênico e inter-religioso.

Em 1980, os jesuítas do Brasil decidiram fechar a Faculdade Cristo Rei, de São Leopoldo, RS, e criar um centro de estudos filosófico-teológico em Brasília. A recusa do bispo local em receber a nova instituição fez com que ela fosse implantada em Belo Horizonte, em 1982. Na mesma cidade, em 1988, com a saída da Faculdade de Teologia da PUC Minas e sua instalação nas dependências do Seminário arquidiocesano, os/as

religiosos/as com casas de formação em Belo Horizonte, onde viviam os que estudavam filosofia e teologia na PUC Minas, criaram o Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), para formar seus efetivos. Em São Paulo, já em 1972, tinha sido fundado o Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP), também voltado para a formação de religiosos/as.

Duas faculdades no Brasil, como acima foi assinalado, tinham o reconhecimento da Santa Sé desde 1949, a Faculdade Cristo Rei e a Faculdade Nossa Senhora da Assunção. Em 1972 o Departamento de Teologia da PUC Rio também passou a conferir títulos eclesiásticos. Outras Faculdades, criadas depois do Concílio, ou se afiliaram às que já existiam no Brasil, ou a outras instituições eclesiásticas internacionais. A partir da década de 1980, o Papa João Paulo II incentivou todos os bispos a abrirem seminários em suas dioceses, levando à multiplicação de centros de formação teológica direcionados à formação do clero, nos quais também estudavam leigos e leigas, religiosos e religiosas. No mundo protestante, além da Escola Superior de Teologia, dos luteranos de São Leopoldo, outras Igrejas também criaram institutos ou faculdades de teologia, como a presbiteriana, responsável pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, a metodista, responsável pela Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, várias denominações batistas, com institutos de formação teológica em diversos lugares do país.

2.2 O atual panorama da teologia no Brasil

O processo desencadeado pelo Concílio Vaticano II no seio da Igreja católica do Brasil coincidiu com o período em que o país vivia sob o regime militar, instaurado em 1964, que durou até o processo de redemocratização, com a transição ao governo civil, em 1985, culminando na Constituinte de 1988 e na eleição direta para Presidente, em 1989. Nesse período, a Igreja tornou-se uma voz profética contra os atentados aos direitos humanos e contribuiu na formação de lideranças que atuaram fortemente nos processos de redemocratização, nos movimentos sociais, sindicais e políticos. Sua teologia, embora feita em instituições eclesiásticas, tinha forte apelo a questões sociopolíticas econômicas.

Como indica David Tracy em sua obra *A imaginação analógica*. A teologia cristã e a cultura do pluralismo (1981/2006), o “público” fundamental desse tipo de reflexão era a “Igreja” em sua interface com a “sociedade” (cf. TRACY, 2006, p. 17-134). O terceiro “público” com o qual a inteligência da fé entra em diálogo, a saber, a “academia”, não era acessível à teologia, pois, com a separação entre a Igreja e o Estado, inaugurada com a Proclamação da República, a reflexão teológica foi vista como pertencendo à ordem da “convicção”, identificada como própria à subjetividade crente, não podendo, por isso, ser alçada à “dignidade” de saber científico, de caráter acadêmico. Essa interdição não

vigorava, porém, em países com outra tradição universitária, como os de língua germânica e anglo-saxônica. Mesmo em países marcados pela tradição francesa, como os de língua castelhana e italiana, a “concordata” abria-lhes a possibilidade de reconhecimento civil.

As instituições eclesiais da Igreja católica, a saber, a Faculdade N. Sra. Assunção, o Departamento de teologia da PUC Rio e a Faculdade de Teologia do CES, começaram a oferecer, a partir da década de 1980, cursos de mestrado e doutorado com reconhecimento pontifício. Por outro lado, a PUC SP, a UMESP, a Mackenzie e a UFJF iniciaram cursos de pós-graduação em Ciências da Religião. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelo credenciamento, reconhecimento e avaliação da pós-graduação no Brasil, inseriu esses programas na área da filosofia. A partir de meados da década de 1990, os cursos de mestrado em teologia da PUC Rio, da Escola Superior de Teologia/EST, do CES e da PUC SP também solicitaram credenciamento junto à CAPES, sendo incluídos pela CAPES na filosofia. Essa situação levou, no final da década de 1990, a faculdade dos luteranos, de São Leopoldo, a pedir autorização para seu bacharelado em teologia, dando origem a uma série de pareceres, que, já na primeira década do terceiro milênio, tornaram possível o reconhecimento de muitos cursos de bacharelado no país. Ao mesmo tempo, a pós-graduação iniciou processos de pedido de credenciamento de cursos de doutorado e uma discussão sobre a criação de uma área própria de avaliação na CAPES, criando, em 2008, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE). Os dois processos culminaram, em 2016, com a criação, junto à CAPES, de uma área própria denominada Ciências da Religião e Teologia, e com o reconhecimento, de uma matriz curricular para os bacharelados em teologia junto ao MEC.

Atualmente, segundo consulta ao portal do MEC, existem 135 cursos de bacharelado em funcionamento no país. No âmbito da pós-graduação, a situação é a seguinte¹⁰: 3 mestrados profissionais (EST, Faculdade Batista do Paraná); 7 mestrados acadêmicos (Escola Superior de Teologia/EST, PUC RS, PUC PR, PUC SP, PUC Rio, FAJE, UNICAP); 6 doutorados acadêmicos (EST, PUC RS, PUC PR, PUC SP, PUC Rio, FAJE). Quanto às ciências da religião, a situação é a seguinte: 10 mestrados acadêmicos (UFS, PUC Goiás, PUC Minas, UFPB, UNICAP, UEPA, PUC SP, UMESP, PUC

¹⁰ Ver a situação em 2015, segundo o artigo de Flávio Senra: SENRA, F. Estudo de Ciência (s) da (s) Religião (ões) e Teologia no Brasil: situação atual e perspectivas. In *REVER*, v. 15, n. 2., p. 196-214.

Campinas, UFJF); 7 doutorados acadêmicos (PUC Goiás, PUC Minas, UFPB, UNICAP, PUC SP, UMESB, UFJF); 2 mestrados profissionais: Faculdade Unida de Vitória e Faculdade Teológica Sul-Americana); 1 doutorado profissional, o da F. Unida de Vitória.

Seguindo a distinção proposta por Tracy, pode-se dizer que durante o século XX, grande parte da teologia feita no Brasil teve como principais interlocutores os “públicos” Igreja e sociedade. Com o reconhecimento civil da teologia, assiste-se ao progressivo deslocamento dos públicos Igreja e sociedade para o público academia. Os sinais desse deslocamento: o lugar das avaliações, inicialmente trienais, nos últimos anos quadrienais, organizadas pela CAPES, com exigências típicas da academia para o credenciamento e reconhecimento dos cursos de pós-graduação; o lugar ocupado pelo MEC nos processos de autorização e avaliação dos bacharelados de teologia, com a obrigatoriedade, para titulação, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A questão levantada por muitos pesquisadores frente a essa situação é: que tipo de teologia é produzida nas instituições que passaram por todos esses processos exigidos pelo Estado?

Dentre as exigências da CAPES para avaliar um curso se destacam: a inter e a transdisciplinaridade; a equidade de gênero do corpo docente; a internacionalização; a relevância social. Na graduação, mais que os conteúdos específicos de cada tradição teológica, são privilegiadas, no ENADE, questões de compreensão geral em que a religião oferece uma contribuição na sociedade. No currículo devem constar conteúdos relacionados às tradições indígenas e afro-diaspóricas. A Constituição *Veritatis gaudium*, que orienta a elaboração dos currículos dos cursos de bacharelado na teologia católica desde 2017, também exige a inter e a transdisciplinaridade, além de valorizar o trabalho em rede, que se aproxima, sob certo ponto de vista, da exigência da internacionalização.

As exigências acadêmicas dos processos avaliativos levaram também à mudança nos perfis dos Periódicos que veiculam a produção acadêmica das instituições de ensino e pesquisa em teologia no país. Para serem bem avaliados, necessitam estar nos grandes indexadores, que são extremamente exigentes, o que torna cada mais complexo o processo de difusão do pensamento elaborado em nível acadêmico. Mesmo assim, no âmbito da pós-graduação, segundo a última avaliação da CAPES, os Periódicos mais bem avaliados no país com enfoque especificamente teológicos foram: *Perspectiva Teológica* (FAJE), *Pistis e Praxis* (PUC PR), *Atualidade Teológica* (PUC Rio), *Estudos Teológicos* (EST), *Revista de Cultura Teológica* (PUC SP), *Teocomunicação* (PUC RS), *Teoliterária* (PUC SP). Além dos periódicos, os livros, produção importante para a difusão da teologia elaborada, têm que seguir certos critérios, em boa parte de tipo formal, que levanta

questões sobre a qualidade do conteúdo veiculado. Também são valorizados os eventos acadêmicos organizados tanto pela SOTER, quanto pela ANPTECRE ou pelas instituições que possuem Programas de Pós-Graduação ou por seus Grupos de Pesquisa. Outras associações, com foco em temas específicos, criadas antes dessa evolução das últimas duas décadas, também têm sido valorizadas, como a Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM), a Associação de Liturgistas do Brasil (ASLI), a Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica (ABIB). Algumas revistas, de cunho mais pastoral, como *Vida Pastoral* e *Convergência*, atingem um público imenso no país, preocupando-se em formar agentes de pastoral qualificados no meio do clero, da vida religiosa e dos leigos/as, na perspectiva de uma teologia em diálogo com a Igreja e sua ação relevante no mundo.

Essa evolução de uma teologia em diálogo com o mundo, na perspectiva do Concílio Vaticano II, que, no mundo protestante, corresponde ao esforço de pensar a fé para homens e mulheres do tempo presente, tem sido confrontada, nos últimos anos, com uma perspectiva de caráter dogmático e fundamentalista. No mundo católico, isso se deu, inicialmente, através de canais de inspiração católica, com pessoas que se dizem teólogas, como Felipe Aquino, na Canção Nova. Posteriormente, numa perspectiva mais tradicionalista, destaca-se o Pe. Paulo Ricardo, principal referência de uma reflexão de cunho dogmático, fundamentalista, ideológico, reativa ao Vaticano II. Nos últimos anos, com forte presença nas redes sociais, pessoas de perfil tradicionalista, ligadas ao Centro Dom Bosco, instituição de perfil tradicionalista, em ruptura com a Igreja católica, com forte atuação junto a grupos mais conservadores, criando polarização no seio da Igreja. Algo parecido ocorre no mundo evangélico, mas com uma abordagem fundamentalista, sem muita referência ao caminho feito pela reflexão teológica nas últimas décadas, baseada na teologia da prosperidade e do domínio, em forte sintonia com a sociedade de consumo, para a qual só vale quem faz sucesso, consome, participa do bem-estar social.

Conclusão

O percurso feito necessita ser aprofundado, trazendo outras referências às pesquisas e publicações sobre os diversos temas abordados. Sua intenção, contudo, de caráter panorâmico, era justamente a de propor uma visão que ajude quem estuda teologia no Brasil a ter uma compreensão do caminho percorrido nos últimos 200 anos. Isso permite ter uma consciência dos saltos representados pelo aporte dado à reflexão teológica a partir do Concílio Vaticano II no âmbito da teologia católica, ou pelas diversas correntes que fecundaram a teologia protestante, que contribuíram também a fecundar a reflexão feita no país. Não foram tomadas em conta as reflexões sobre a teologia de outras

matrizes, como a dos povos originários e afrodescendentes, ou as das igrejas ortodoxas, as de outras religiões como a judaica, a hinduísta, a budista, a islâmica, todas com fiéis no Brasil, embora nem todas com instituições de caráter mais sistemático ou acadêmico. É interessante assinalar que entre os cursos reconhecidos pelo MEC existem alguns que não são de origem cristã. Haveria, portanto, que completar as informações aqui propostas com uma investigação mais apurada das outras tradições teológicas existente no país.

Referências

- AZZI, R. *História da Igreja no Brasil*. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AZZI, R. *Os pioneiros do Centro dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003; DALE, R. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.
- DE MORI, G. Antropofagia e Teologia. In *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 2, p. 295-319 (2022).
- FARIA, P. A. C. *Teologia e ciências da religião no panorama acadêmico brasileiro em diálogo com Paul Ricoeur*, 2016. Tese doutoral FAJE.
- GIBELLINI, R. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 153-253.
- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LIMA, Al A. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam/Paulinas, 2001.
- RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*. Cultura, religião e vida literária. São Paulo: EDUSP, 2012.
- RODRIGUES, L. G. Igreja e intelectuais no Rio de Janeiro: o Centro Dom Vital e Alceu Amoroso Lia. In STECKEL, E. et alii. *Rio 456 anos*. A Igreja na história da cidade. RJ: PUC Rio, 2021, p. 229-250
- SENRA, F. Estudo de Ciência (s) da (s) Religião (ões) e Teologia no Brasil: situação atual e perspectivas. In *REVER*, v. 15, n. 2., p. 196-214.
- TRACY, D. *Imaginação analógica: a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- VAZ, H. C. de Lima. Igreja reflexo vs Igreja-fonte. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 17-22.
- VAZ, H. C. L. Uma filosofia cristã da cultura. Leonel Franca. In *Síntese*, v. 22, n. 71, p. 441-152.
- VAZ, H. C. L. Leonel Franca e a cultura católica no Brasil. In *Síntese*, v. 25, n. 82, p. 317-328.